

A crise da dívida

Os técnicos do governo federal — neles incluídos diretores da Caixa Econômica Federal e do próprio Banco Central — deverão aguçar sua sensibilidade ao colocar em prática determinações do presidente da República para dar ajuda aos Estados. A decisão política da Presidência, comprometendo-se a ajudar os Estados a sair de suas dificuldades financeiras, poderá repercutir sobre a União, se os empréstimos ou outras formas de auxílio não forem concedidos com rigor técnico, deixando de lado o aspecto político da conjuntura. A rigor, há que diferenciar entre os vários tipos de política que inspiram uma decisão desse tipo. Uma é ir em socorro dos Estados, tendo presente que em breve os municípios (e a associação nacional deles fala em mais de 2 mil em dificuldades) baterão às portas da União para reclamar algum tipo de benevolência, dilatação no prazo de pagamento das dívidas contraídas com a Caixa Econômica Federal, antecipação de receitas pela CEF ou pelo Banco do Brasil a juros mais cativantes que os dos bancos comerciais — ir em socorro deles para preservar, digamos, a tranquilidade pública e manter mais ou menos coesos os elos da Federação. Outra “política” é ajudar Estados e em seguida municípios, tendo em vista as eleições de 96 e as votações no Congresso. No primeiro caso, ainda será possível montar esquemas de refinanciamento e empréstimo que resguardem a situação patrimonial

da CEF e não tenham repercussões negativas sobre a política econômica. No segundo deles, o risco que a União corre de ser “contaminada” pela moléstia do endividamento (inadimplência ou insolvência) é bem maior e poderá se transformar em realidade, levando ao fim do Plano Real pelo aumento da dívida pública da União ou emissão de moeda.

Nosso receio é que os governadores tenham entendido, da reunião que mantiveram há semanas com o presidente da República, que S. Exa. estava tão preocupado com o resultado da votação das emendas sobre a reforma do Estado, da Previdência e a tributária que, em troca da pressão deles sobre as bancadas federais de seus Estados, facilitaria a ajuda para que pudessem fazer face à dívida mobiliária e aos compromissos assumidos junto ao sistema financeiro pelo desconto de Antecipações de Receita Orçamentária (AROs). Nosso temor vem do entendimento divergente que as partes presentes ao encontro no Palácio da Alvorada podem ter tido do que ali foi dito — e prova de que não é um receio vão temos nas declarações do secretário da Fazenda de Mato Grosso, já comentadas nestas *Notas*, segundo as quais o governo de seu Estado, favorecido com uma das medidas do



governo federal, está disposto a vender patrimônio desde que a Assembléia Legislativa aprove...

As AROs são, para governadores e prefeitos, aquilo que o cartão de crédito é para um consumidor compulsivo: um convite para ir sacando contra o futuro. Bastará ao leitor pensar na situação a que o Banespa foi conduzido por haver descontado duas AROs para ter idéia de como esse é um instrumento perverso. Tão maligno, diríamos, que o volume delas (no País) aumentou 112% em relação ao mesmo período do ano passado! Por elas, qualquer dificuldade de pagamento do poder público estadual ou municipal é resolvida na caixa de um banco particular — agora será a Caixa Econômica Federal. Há um momento em que é preciso parar; então, os Estados entram em crise, emitem “vales” como o de Mato Grosso e esperam que o Executivo federal os socorra.

O governo federal está compelido a socorrê-los não tanto porque é ponto de honra para o Executivo que se aprovelem algumas reformas indispensáveis ao redirecionamento do Estado, quanto porque, se não houver uma operação de socorro, como o FMI fez para o México, a crise que se instalar irá afetar a União. Os Estados — apenas eles — devem cerca de R\$

100 bilhões; no primeiro semestre, somados os déficits de Estados e municípios, eles atingiam 2% do PIB. Os devedores ou são simplesmente inadimplentes, isto é, atrasam os pagamentos, mas têm situação econômica, patrimonial, sustentável, ou são insolventes — o patrimônio dos governos não dá para saldar as dívidas, mesmo se vendido todo ele. Essa é a realidade dos fatos que o governo federal tem de enfrentar, quando no Congresso se definem

Para evitar reflexos sobre a União, o Executivo está obrigado a socorrer os Estados

posições em torno da reforma administrativa e do Fundo Social de Emergência. Não poderia haver, para os projetos do presidente da República, pior momento para que se instaurasse a crise da dívida: queira

ou não queira, a União deverá sustentar os devedores, que ainda se podem dar ao luxo de cruzar os braços diante das bancadas, seja porque há nelas elementos de partidos adversários, seja porque eles respeitam a independência do Congresso. Como ex-ministros da Fazenda vêm dizendo há dias, se não houver uma condução muito cuidadosa do problema, a crise da dívida estadual acabará atingindo a União, com todas as suas consequências para o Plano Real.